

## Proteção do meio ambiente regional

A proteção do meio ambiente não é uma necessidade exclusiva do Nordeste nem do Araripe. Proteger o meio ambiente é, hoje, uma obrigação universal. Entretanto, o despreparo dos habitantes da região para lidar com as secas periódicas próprias do Nordeste agrava ainda mais o problema, com conseqüências específicas bastante conhecidas, tanto dos estudiosos quanto da população em geral. Convém, assim, dedicar uma atenção particular a essa questão em relação ao Araripe.

Em épocas recentes, a degradação do meio ambiente se tornou mais acelerada, com o aumento da pressão demográfica e a difusão de tecnologias diversas, com impactos variados sobre os recursos naturais. O rápido crescimento da circulação dos produtos, fruto da globalização, com impactos sobre a renda de amplos setores da população, agravando as desigualdades no seio da própria sociedade regional, também contribuiu para a rapidez dessa degradação.

Embora o aperfeiçoamento e a aplicação do direito ambiental constituam elementos essenciais para garantir a proteção ao meio ambiente, mais importante ainda é a implementação de ações que permitam a adaptação da população tanto a um meio ambiente ingrato, quanto a um mercado que acirra a concorrência. Não se trata de importar tecnologias, mas de facilitar a aquisição de competências e de aptidões para lidar com a agricultura, a pecuária, a extração, a transformação das matérias-primas, o comércio, os serviços, a gestão das infra-estruturas e, lançando mão do domínio da informática, com a matemática, a língua oral e escrita e, paralelamente, de desenvolver o associativismo para que a população possa chegar a trabalhar em rede.

Essa linha de investimento na formação não corresponde a uma sobreposição de iniciativas diversas. Para que os esforços sejam seguidos de bons resultados, é necessária uma atuação com base em uma estratégia global, elaborada com vistas ao estabelecimento de parcerias entre atores que, como demonstra a observação, freqüentemente não se comunicam entre si pelo fato de que se limitam ao desenvolvimento de programas setoriais. A divisão do trabalho tem, na base, aspectos negativos que precisam ser corrigidos. A participação das organizações não governamentais, ao lado dos serviços públicos e do setor privado, deve ser mais valorizada porque essas organizações podem, na prática, contribuir de uma maneira decisiva. O êxito de experiências em curso demonstra que é possível estabelecer parcerias inovadoras. A cooperação na área dos recursos hídricos regionais é um exemplo daquilo que deveria ser generalizado.

Na área das ações dirigidas diretamente à proteção do meio ambiente, convém evidentemente fazer distinções segundo os aspectos considerados: as edificações urbanas, os equipamentos públicos (ruas, praças, áreas verdes), o patrimônio cultural (monumentos, paisagens etc.) e a natureza: solos, água, ar, fauna, flora etc. Os aspectos mais freqüentemente considerados isoladamente nesses domínios são a coleta do lixo, a proteção das fontes e dos poços, o desenvolvimento de estações de tratamento de água, o saneamento, a definição de unidades de conservação e a adoção correlata de planos de manejo para essas unidades.

A Fundação Araripe se envolveu com a criação da área de proteção ambiental (APA) da Chapada do Araripe, de grande dimensão, mas que ficou, até agora, sem muitas ferramentas para garantir sua administração, embora a percepção da necessidade do fortalecimento dessa instituição esteja crescendo. Trata-se, entre outras questões, da proteção da vegetação de toda a região, da gestão da Floresta Nacional do Araripe, do acompanhamento da ação das mineradoras, da promoção da pesquisa em torno do Museu de Paleontologia de Santana do Cariri, da gestão dos aquíferos regionais. Todas essas questões exigem soluções próprias, e exigem também uma atuação ordenada, integrada e vigorosa. A criação, mais recente, da Mesorregião Chapada do Araripe poderá ser o ponto de partida de uma coordenação geral, ainda inexistente. O envolvimento do governo federal com as Nações Unidas e, em particular, com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), para a preservação

do patrimônio universal constituído pela caatinga é outro fator que deve contribuir para atrair maior atenção para o meio ambiente regional.

A dinâmica da proteção do meio ambiente da região do Araripe depende, assim, da conscientização da população, da percepção dos problemas e da determinação na busca de soluções. Os poderes públicos e a sociedade dispõem de recursos múltiplos que, bem utilizados, permitirão avançar na direção desejável.